

Ministros se rebelam contra cortes no Orçamento 2001

Diá foi de intensa pressão sobre os integrantes da comissão que trata do assunto no Congresso Nacional

• BRASÍLIA. Foi o dia da revolta dos ministros. Insatisfeitos com cortes em seus orçamentos, ministros de Fernando Henrique Cardoso fizeram ontem pressão pesada para reaver, ou conquistar, recursos para suas pastas. Os ministros Paulo Renato Souza (Educação), Sarney Filho (Meio Ambiente), Ronaldo Sardenberg (Ciência e Tecnologia) e Alcides Tápias (Desenvolvimento) mandaram representantes ao Congresso. Indignado, Carlos Melles (Esporte e Turismo) foi pessoalmente à Comissão de Orçamento.

— Você vai ter que explicar esse corte — disse Melles ao senador Moreira Mendes (PFL-RR), relator do orçamento para sua área.

Melles reclamava do corte de R\$ 118 milhões nos recursos para construção de quadras poliesportivas. Na proposta original do Governo, o programa contava com R\$ 120 milhões, mas ficou com R\$ 2 milhões.

— Não cortei nada, ministro — tentou explicar o senador.

Melles não foi o único. Paulo Renato reivindicava R\$ 37 milhões — R\$ 11,5 milhões deles cortados das universidades federais. Sarney Filho

telefonou aos parlamentares pedindo reforço em seu orçamento: mais R\$ 40 milhões para saneamento.

Sardenberg reclamava do corte de R\$ 22 milhões imposto à Ciência e Tecnologia por Amir Lando.

Para os parlamentares da oposição, porém, eles não têm do que se queixar. Segundo levantamento do pedetista Giovanni Queiroz (PA), os ministros monopolizarão mais de um terço dos R\$ 18,1 bilhões previstos para investimentos. E, diferentemente da maioria das emendas individuais — que destinam recursos especificamente para cidades e regiões — esse dinheiro não está comprometido e o ministro tem autonomia para gastá-lo.

As reclamações dos ministros e das bancadas eram tantas que no início na noite já chegava a 480 o número de destaques apresentados ao texto do Orçamento.

O texto tem ainda outros buracos. Apesar da previsão de gastos de R\$ 1,4 bilhão, a fonte desses recursos — a contribuição dos inativos — não vai existir. Além disso, não há previsão de recursos que garantam o reajuste dos militares (R\$

800 milhões no ano que vem) e do aumento de 11,98% para o Judiciário, calculado em R\$ 1,7 bilhão). Esse será um dos pontos de discordia na votação:

— Vou apresentar uma emenda permitindo a abertura de crédito para cobrir o reajuste. Se não passar na comissão, reapresento no plenário — disse o líder do PT na comissão, João Coser (ES).

FH espera para sancionar leis

• O presidente Fernando Henrique Cardoso está condicionando a sanção das duas primeiras leis de combate à sonegação fiscal, que trarão recursos adicionais para o aumento do salário-mínimo, à aprovação do Orçamento. O recado ficou expresso ontem no encontro com integrantes da Comissão de Orçamento, no qual Fernando Henrique fez um apelo para que a votação ocorra impreterivelmente até amanhã. A despeito das pressões do PFL, o presidente deixou também deixou claro que

não fará convocação extraordinária do Congresso em janeiro.

— O presidente nos disse: é aprovação e sanção — disse o relator Amir Lando.

Na expectativa de que o Congresso aprove o Orçamento, Fernando Henrique assinou as duas leis — uma que cria instrumentos para impedir a elisão fiscal e outra que autoriza a Receita Federal a acessar dados da CPMF — antes de viajar com a família para Buritis, onde passará o réveillon. O presidente, entretanto, deixou orientação de que só deverão ser enviadas para publicação no Diário Oficial depois da votação do Orçamento.

Já a lei que permite à Receita quebrar o sigilo bancário e fiscal de suspeitos por sonegação sem autorização judicial só deverá ser sancionada quando o Governo tiver pronta a regulamentação que vai baixar a respeito.

— No que tange ao sigilo bancário, é uma discussão mais demorada porque nós temos que mostrar para a opinião pública a constitucionalidade dos projetos — disse Lando. ■